

Estado moderno e contemporâneo: história, memória e identidade

Modern and contemporary state: history, memory and identity

Estado moderno y contemporáneo: historia, memoria e identidad

Rodolfo Ward¹

Resumo

Esse artigo tem a intenção de elucidar conceitos sobre a formação do Estado-nação e consequentemente da nossa sociedade atual. O intuito desse artigo não é de exaurir a extensa bibliografia sobre o Estado moderno ou contemporâneo, queremos aqui, trazer conceitos teóricos a respeito da origem histórica dos agrupamentos sociais e assim entender como se criaram as instituições sociais, leis, normas e regras e como elas foram evoluindo junto com os avanços sociais, científicos e tecnológicos até chegar ao desenho social contemporâneo.

Palavras-Chave: Estado Nação; Sociedade; História; Memória; Identidade.

Resumen

Este artículo tiene la intención de elucidar conceptos sobre la formación del Estado-nación y consecuentemente de nuestra sociedad actual. La intención de este artículo no es de exaurir la extensa bibliografía sobre el Estado moderno o contemporáneo, queremos aquí, traer conceptos teóricos acerca del origen histórico de los grupos sociales y así entender cómo se crearon las instituciones sociales, leyes, normas y reglas y como ellas fueron evolucionando junto con los avances sociales, científicos y tecnológicos hasta llegar al diseño social contemporáneo.

Palabras claves: Estado Nación; la sociedad; la historia; memoria; identidad.

Abstract

This article intends to elucidate concepts about the formation of the nation-state and consequently of our current society. The purpose of this article is not to exhaust the extensive literature on the modern or contemporary state, we want to bring theoretical concepts about the historical origin of social groupings and to understand how social institutions, laws, norms and rules were created and how they have evolved along with social, scientific and technological advances to reach contemporary social design.

Keywords: State Nation; Society; Story; Memory; Identity.

1. Introdução

Esse artigo tem a intenção de elucidar conceitos sobre a formação do Estado-nação e consequentemente da nossa sociedade atual. O intuito desse artigo não é de exaurir a extensa bibliografia sobre o Estado moderno ou contemporâneo, queremos aqui, trazer conceitos teóricos a respeito da origem histórica dos agrupamentos sociais e assim entender como se criaram as instituições sociais, leis, normas e regras e como elas foram evoluindo junto com os avanços sociais, científicos e tecnológicos até chegar ao desenho social contemporâneo.

¹ Mestrando em Artes Visuais na linha Arte e Tecnologia pela Universidade de Brasília – UnB; Brasília, Brasil; rodolfoward.unb@gmail.com

Essa é uma pesquisa de caráter exploratório com objetivo de compreender a trajetória civilizacional desde o início da formação dos aglomerados humanos até a contemporaneidade. A proposta é também, além de, instigar, guiar o leitor pela linha de raciocínio do autor e motivar novas pesquisas e aprofundamentos críticos sobre os temas que são abordados no texto.

O surgimento do Estado moderno é de fundamental importância para compreendermos o atual Estado contemporâneo, pois foi onde se desenvolveu a linguagem e a escrita, é à época do surgimento da moeda, das divisões de trabalho, das aglomerações sociais em cidades, da noção de parentesco e formação do conceito de família, das primeiras criações tecnológicas como as armas para caça e autodefesa que possibilitaram ao homem se impor perante as outras feras e subjugar a natureza, e assim, conseqüentemente, povoar toda a terra de forma autoritária e arbitrária, por uma conquista forçada e demonstração de poder que com o passar do tempo implantou um sistema repetitivo de dominação pela militarização padronizando a “evolução” humana que culminou no sistema capitalista que é o modelo socioeconômico-cultural vigente e dominante na atualidade.

Todos esses conceitos citados acima nos parecem tão ultrapassados, principalmente para nós que estamos em constante estudo, pesquisa, que estamos dentro de um sistema que nos protege e remunera, que estamos dentro de um círculo social que nos torna cidadão, nos dá sentido para a vida, nos torna humano, realmente, para nós essas reflexões nos parecem sem importância, pois muitas delas já estão resolvidas, alguns caminhos já estão construídos e pré-estabelecidos cabendo apenas às pessoas seguirem sem ter que pensar como esses caminhos foram criados e como os problemas foram solucionados. Entretanto, refletir, questionar e esclarecer são de extrema importância para criação da nossa consciência de homem e de mundo e dentro do âmbito acadêmico se faz como uma regra necessária para compreendermos nossa história por meio da memória e criarmos nossa identidade que irá guiar nossa trajetória de vida.

Queremos nesse artigo demonstrar que alguns conceitos, regras e normas que regem nosso convívio em sociedade são acúmulos de criações culturais que foram se sedimentando no decorrer dos tempos de acordo com o conhecimento, costume, tradição de cada época em um determinado lugar no globo terrestre e que em um momento específico do período histórico humano cada agrupamento humano vivia à sua maneira o que hoje é bem difícil de imaginar devido os efeitos da globalização do mundo contemporâneo que cria a impressão de homogeneização cultural. Esse efeito nos dá a falsa impressão que vivemos todos de forma semelhante. E muitas vezes é necessário se perguntar como chegamos aqui?

É necessário rememorar a história humana para obtermos algumas respostas. Será que sempre existiu família, escola, divisão de tarefas, trabalho, direitos trabalhistas, leis, regras? Uma motivação extra são as eleições 2018, que estão acontecendo exatamente no momento em que escrevo esse texto e que nos obriga tomar partido e posicionamento para um lado e como consequência, excluindo outros.

Propomo-nos a elucidar algumas dessas questões no decorrer do texto, sobretudo ressaltamos que o objetivo desse ensaio não é esgotar esses assuntos nem mesmo findar a bibliografia que abordam essas temáticas, o que queremos é sedimentar conhecimentos básicos sobre a criação do Estado moderno e contemporâneo exemplificando por meio de acontecimentos históricos e movimentos sociais que entendemos como importantes para chegarmos ao modelo de civilização atual e entendermos que existem outros modelos que podemos seguir e que poderiam ter sido seguidos em determinados momentos da história da civilização humana.

2. Cultura hegemônica

De acordo com Giantomaso e Moraes (2018, on line) “saúde, educação, emprego e segurança estão entre os temas mais pesquisados no Google durante as eleições 2018, de acordo com dados da plataforma *Google Trends*².” Iremos trazer um exemplo que transpassa horizontalmente as principais preocupações dos brasileiros, de acordo com os dados fornecidos pelo *Google Trends*.

Quando analisamos dados sobre estupro de vulnerável no Brasil notamos que a maioria dos casos acontece dentro da casa da vítima, por alguém próximo, geralmente por um familiar. Percebemos que o conceito de família, que entendemos como um dos requisitos básicos para a evolução das sociedades, talvez não esteja tão fundamentado como imaginamos e que esse conceito vem se metamorfoseando no decorrer do tempo. Deixamos claro que podem existir outros “N” fatores que motivem o esturador a cometer o crime e que existem diversas formas de estruturas familiares que ultrapassam o entendimento de família tradicional. Não iremos aprofundar o estudo em perfil psicológico ou questões de saúde mental e nem nas inúmeras transmutações que o conceito de família vem sofrendo em decorrência das também, inúmeras, transformações sociais.

Então, para podermos ter uma definição e seguir o estudo, vamos definir a família como uma estrutura relacional baseada nos cuidados, proteção e respeito dos responsáveis

² Google Trends é uma ferramenta do Google que mostra os mais populares termos buscados em um passado recente. A ferramenta apresenta gráficos com a frequência em que um termo particular é procurado em várias regiões do mundo, e em vários idiomas. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Trends > Acesso: 19/10/18.

para com os indivíduos pelos os quais são responsabilizados jurídica e emocionalmente. Com esse entendimento podemos explorar o conceito de família que é considerado como estrutura “básica social³”.

Retomando o pensamento inicial a respeito dos casos de estupro, de acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014) estima-se que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que, destes casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Registros do Sinan demonstram que 89% das vítimas são do sexo feminino e possuem, em geral, baixa escolaridade. Desse total, 70% são crianças e adolescentes. “As consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima - que se dá exatamente nessa fase - estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos.” (IPEA, 2014, ON LINE).

Na sociedade contemporânea com o grau de lucidez que a humanidade atingiu após o Iluminismo são dados de se espantar. Faz-se necessária uma constante rememoração dos conceitos básicos que estruturam nossa sociedade. Continuando o estudo:

“Em metade das ocorrências envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores. Para o diretor do Ipea, “o estudo reflete uma ideologia patriarcal e machista que coloca a mulher como objeto de desejo e propriedade”. Ainda de acordo com a Nota Técnica, 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. O indivíduo desconhecido passa a configurar paulatinamente como principal autor do estupro à medida que a idade da vítima aumenta. Na fase adulta, este responde por 60,5% dos casos.” (IPEA, 2014, ON LINE)

Quando assistimos na televisão que os Estados Unidos da América – EUA resolveram bombardear o Iraque, ou o Kuwait, ou o Irã, ou este ano, se prontificaram em resolver os problemas da Venezuela, países que ficam a quilômetros de suas fronteiras territoriais entendemos o porquê disso? Talvez... Alguns dirão que é culpa do sistema, outros que os EUAs têm que cuidar da economia global para que não entre em colapso, alguns, dirão que os oprimidos são os culpados e provavelmente teremos inúmeras outras repostas divergentes entre si.

Quando pensamos que com dinheiro podemos comprar alimento em um supermercado, ou roupas em um shopping, ou produtos de tecnologia não pensamos a respeito do sistema que está por trás disso ou como esse sistema funciona e se sustenta. Apenas trabalhamos, ganhamos dinheiro e gastamos. Por outro lado, conseguimos identificar que é um sistema diferente do sistema que vivem a maioria dos indígenas brasileiros, por

³ FARIAS, Cristiano Chaves. Direito Constitucional à Família. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n. 23, abril-Maio 2004, p.05.

exemplo, ou de tribos africanas, ou de comunidades sul americanas, ou de comunidades orientais.

Então a falsa impressão de que a globalização já hegemonizou a cultura é tão falso como pensar que conceitos básicos que regem a nossa sociedade estão sedimentados e petrificados. Esses são alguns dos pontos que nos causam faíscas de reflexões sobre nossa civilização e como chegamos até aqui... A seguir iremos trazer uma breve contextualização a respeito do surgimento da civilização ocidental e suas principais metamorfoses até os dias atuais.

A base desse estudo é a escola europeia e o desenvolvimento da sociedade por meio de estudos dessa escola. Entendemos que a sociedade contemporânea ocidental e o Estado contemporâneo globalizado se baseiam no modelo de desenvolvimento eurocêntrico, até por que, o próprio processo de globalização se inicia com as grandes navegações, a divisão do mundo e se respalda na exploração das colônias pela Europa. A partir desse processo se criaram as sociedades modernas pelo mundo. Em contraponto a esse pensamento existem outras correntes que colocam em xeque o modelo eurocêntrico de formação nacional.

Tanto os estudos dos chamados “primordialistas” como as tensões criadas pelas políticas de *nation-building* colocam em xeque o modelo eurocêntrico de formação nacional e sua aplicação em outras regiões do planeta. Se, na Europa, a formação das nações pôde ser baseada em uma etnia principal e em longas tradições de convivência econômica e política entre diferentes comunidades - já que bem antes do surgimento do nacionalismo os monarcas absolutos haviam conseguido a união política dos territórios onde impuseram seu controle —, em outros continentes a transferência de lealdades primordiais para o Estado central tem se mostrado bem mais difícil. Dificuldade essa sucintamente manifestada na famosa frase de Massimo D’Azeglio (citado em Hobsbawm, 1990, p. 44) a respeito da unificação italiana: “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”. (NASCIMENTO, 2013, p. 38-39)

Devido ao caráter deste trabalho que nos limita em relação ao número de páginas, ao tempo de pesquisa e produção intelectual delimitamos o tema na contextualização do surgimento dos aglomerados humanos e do Estado-Nação. Por meio da visão eurocêntrica e que pretendemos expandir para outras visões e correntes em trabalhos futuros.

2.1. Início da Civilização Moderna

Engells (1884) se preocupa em contextualizar o início da civilização como forma de embasamento teórico para sua produção científica voltada para o campo da sociologia, e perpassa pelos campos da história, história da arte, arqueologia e antropologia. Para entendermos conceitos que serão apresentados neste trabalho é necessário entender o início de nossa história, como nossos antepassados construíram nosso atual mundo e como o

desenvolvimento da tecnologia possibilitou os meios de existência para ascensão da espécie humana sobre o globo terrestre.

Engells (1884) explica a evolução social e o surgimento do Estado analisando o desenvolvimento humano ao redor do mundo e como cada grupo humano desenvolveu formas sociais, linguagem e ciências próprias baseadas em fatores como localidade, clima, alimentação e matéria prima disponível.

a habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo no grau de superioridade e domínio do homem sobre a natureza: o homem é, de todos os seres, o único que logrou um domínio quase absoluto da produção de alimentos. Podas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência" (Engells apud Morgan, 1884).

O autor faz um recorte temporal dividindo os acontecimentos humanos de relevância para a formação do Estado em três períodos históricos o estado selvagem, a barbárie e a família.

Os maiores ganhos humanos na época do estado selvagem são a formação da linguagem articulada que possibilitou a comunicação, a ciência do fogo que em conjunto com o aprendizado da pesca possibilitou a independência do clima e da localidade criando migração (nomadismo) sobre maior parte da superfície da terra e a invenção de armas como lança e arco e flecha.

A era da barbárie inicia a ruptura do progresso global que vinha ocorrendo de forma parelha por todas as sociedades como a introdução da cerâmica, agricultura, domesticação de animais e criação de rebanhos, construção de residências ainda são atividades compartilhadas globalmente, entretanto, os diferentes fatores de recursos naturais disponíveis em cada hemisfério são apontados como a causa para o desenvolvimento particular que cada sociedade alçou a partir daí, como exemplo algumas sociedades que inventaram a escrita alfabética (comunicação) e a fundição de ferro (tecnologia) sendo para Flusser (2007, p 132-133) o período em que “encerrou-se a pré-história e começou a história no sentido verdadeiro (...) ela produz a consciência histórica”. Katherine Zink e Daniel Lieberman (2013) afirmam que as novas tecnologias da época possibilitaram cortar os alimentos e cozinhá-los evitando o grande esforço da mastigação o que resultou ao longo do tempo na diminuição dos dentes e dos músculos da face proporcionando o crescimento e desenvolvimento do cérebro, um dos diferenciais no desenvolvimento das sociedades contempladas com bons fatores climáticos e de matéria prima.

A terceira fase citada por Engells (1884), da família, é analisada a partir de exemplos de aglomerações sociais que ainda aquela época seguiam tradições ancestrais em diversas

partes do mundo tendo como uma de suas principais características e semelhança o sistema consanguíneo de vínculo familiar e hierárquico existente entre pais e filhos em diversas tribos, em algumas dessas sociedades, os tios também eram chamados de pais nos guiando a um “sistema de parentesco que chegou historicamente até nossos dias” (ENGELLS, 1884). No início da hierarquização de poder familiar não existia distinção quanto à prática sexual entre parentes inferiores ou superiores hierarquicamente.

Reconstituindo retrospectivamente a história da família, Morgan chega, de acordo com a maioria de seus colegas, à conclusão de que existiu uma época primitiva em que imperava, no seio da tribo, o comércio sexual promíscuo, de modo que cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres.” (ENGELLS, 1884).

Para Engells (1998) um dos principais fatores para o desenvolvimento da família e aproximação do modelo que temos hoje foi à diferenciação entre pai, mãe, filho, filha, primo, prima e a proibição das relações sexuais entre os parentes superiores, pai, mãe, filho, filha, irmão e irmã comum culturalmente em algumas sociedades à época da barbárie. Com essas regras pré-estabelecidas foram se formando clãs dentro das tribos e conseqüentemente novas regras sociais para a organização dessas pessoas que viviam em conjunto.

A partir dessas noções podemos entender a sociedade como um conjunto de Instituições Sociais, que seriam a família, a escola, a religião, as crenças entre outras que padronizam o comportamento de grupos sociais por meio de regras e normas a serem seguidas servindo para organizar a sociedade e moldar o indivíduo em um processo de socialização. Cada uma dessas Instituições possui seus métodos de punição e persuasão que dão sentido a vida e contribuem para manter a estrutura social agregada e funcionando mesmo com a proliferação de indivíduos. Para autores da ciência política é necessário controle e estratégia das lideranças para equilibrar as disputas internas nos processos organizacionais e para manter o grupo coeso ao mesmo tempo em que tira o melhor proveito da potência social sobre os processos políticos (VÖN BULLOW, 2016 apud GOBBI, 2016).

Com as aglomerações humanas e surgimento das cidades a construção de casas passou a ser de fundamental importância, era preciso um local para construção, material e pessoas dispostas a extrair a matéria prima da natureza, nota-se que existe divisão do trabalho, essa divisão de trabalho já acompanha a humanidade desde os primórdios enquanto alguns iam caçar, outros cuidavam da lavoura, outros cozinhavam, outros organizavam a sociedade, outros produziam artesanato, e conforme se aumentavam a força produtiva e a habilidade do trabalhador mais se ampliavam as condições necessárias para o desenvolvimento intelectual e material das sociedades que é a fonte da civilização (DURKHEIM, 1999, pág. 14). Essas são

as condições iniciais para se pensar o desenvolvimento do estado moderno, da nação e da nacionalidade.

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. (MARX, 2003, p.5).

A sociedade se organizou criando um corpo de indivíduos regidos por regras e normas e se reconhecendo como povo pertencente a um determinado local e grupamento social. Hobsbawm (1990) diz que os critérios para se definir o surgimento da nação e conceituar o termo nação, utilizados pelos historiadores – “língua, território comum, história comum, traços culturais comuns, etnia – são fenômenos duais, ambíguos e mutáveis não podendo ser analisados apenas pelo alto, governo, mas também por baixo, pelas pessoas comuns, uma vez que os indivíduos de etnia⁴, cultura, língua diferentes podem escolher uma nação para vivê-la. O autor trabalha a definição do termo nação e nacionalidade como um objeto de estudo ainda em expansão e em constante mutação, principalmente pelo atual fator globalização. “As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser associadas em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências;” Hobsbawm (1990, pág. 19-20) que devem levar em consideração as necessidades, aspirações, esperança e interesse das pessoas comuns. Essa ideia é compartilhada por Nascimento (2013, p. 33) associa o nacionalismo “à transição das ordens dinásticas para sociedades baseadas na doutrina de soberania popular”.

Por meio dessas relações ocorre o renascimento comercial e urbano, período que caracteriza a baixa idade média e tem como principais características o surgimento de entroncamentos comerciais que formam as feiras e dão origem as regiões fortificadas conhecidas como burgos, a base das cidades medievais. Os produtos comercializados nas feiras são produzidos por artesões que se organizam e são controlados por corporações de

⁴ Etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território. Esta palavra parece ter sido usada pela primeira vez em 1896, no livro *Les sélections sociales*, de Vacher de Lapouge. É sinônima de outras expressões como "comunidade étnica e lingüística", "nacionalidade espontânea", "nacionalidade sem Estado", e outras mais. (LEVI, 1998, IN BOBBIO, p. 449).

ofício. Nesse período da história a Igreja Católica controla a idade média desde as terras, o modelo econômico, até a mentalidade das pessoas e condena a usura, que compele as pessoas a venderem seus produtos sem visar lucro.

2.2. Expansão marítima: o início da globalização

O que teria levado a Europa pensar em cruzar o Oceano? São vários os motivos. Sendo os principais a crise de crescimento do século XV que levou a escassez de alimento devido à produção agrícola não conseguir atender a demanda exigida pelos centros urbanos, o monopólio do mercado internacional pela Itália e a busca por novas rotas comerciais, as principais. O processo de expansão marítima europeia, que entendemos como o início do processo de globalização só foi possível devido à organização e centralização do poder do Estado.

O primeiro Estado a se organizar dessa forma foi Portugal (1242) conseguindo com isso centralizar a arrecadação de impostos e dessa forma angariar recursos financeiros para investir na criação de tecnologias que possibilitassem as navegações, como a caravela, a bússola, as cartas náuticas, o astrolábio e outras tecnologias que possibilitassem a navegação. Aqui vemos o Estado intervindo na economia por meio da venda de produtos e se protegendo dos outros mercados, dos Estados que ainda estão em processo de centralização do poder⁵, por meio de cobrança de impostos sobre produtos importados.

Consoante a essa época, surge o movimento conhecido como Renascimento Cultural. A prosperidade econômica dessa época proporcionou o financiamento de artistas, filósofos e pensadores que colocaram o homem como a principal criação divina contribuindo para a liberdade do indivíduo em relação as instituições sociais. O humanismo dessa época marca a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo. Na Itália ocorrem os principais financiamentos culturais realizados pelos Mecenas que patrocinam as obras do renascimento. A Itália tinha o necessário à época, poderio econômico do comércio no mar Mediterrâneo e a base do império romano e influência da Grécia. A partir das novas concepções de realidade começam a se difundir novas ideias que irão explodir na Reforma Protestante (1501)⁶.

⁵ Os reis se aliaram as igrejas para os seus fiéis aceitarem o poder do rei. Outra questão importante foi superar o misticismo que dominava o imaginário do europeu à época. Hoje, após séculos de evolução o poder ainda está nas mãos da igreja como podemos ver com as eleições brasileiras de 2018, a diferença é que a igreja protestante assumiu o protagonismo. O processo de expansão marítima mudou a concepção do espaço geográfico a nível global.

⁶ A Reforma Protestante foi uma reforma do pensamento religioso. Após o renascimento a racionalização e desencantamento do mundo promovem a mudança no pensamento teocêntrico para o antropocêntrico a Igreja Católica que detinha poder sobre a população da Europa na Idade Média passou a ser questionada. A Igreja por meio da aliança política com os reis havia adquirido um poderio econômico por meios que já não mais fazia

A Burguesia que estava preocupada em acumular riquezas e cansada de ser condenada pela igreja católica por usura, luxúria, cobiça e ávida por encontrar uma doutrina que ao invés de condená-los os enaltecesse buscavam a ruptura da associação da riqueza ao pecado. Então apoiaram as novas religiões que permitiam e concordavam com seus interesses pessoais levando uma boa parte de fiéis para o protestantismo, calvinismo e anglicanismo⁷.

Por não ser nosso objeto de estudo nesse trabalho, por mais que seja extremamente interessante essa pesquisa sobre nossas origens ocidentais, iremos dar um salto temporal para a criação do Estado Moderno. Quem tiver interesse em aprofundar o conhecimento pode iniciar pelos autores clássicos que são citados no corpo deste texto.

2.3. Poder Legítimo do Estado

O autor Gustavo Gozzi (1998) reflete sobre as dificuldades de definição do estado moderno contemporâneo devido às múltiplas relações entre estado, complexo social e efeitos políticos, ou seja, o estado moderno contemporâneo se configura a partir do choque entre estado liberal desejado pela burguesia e o estado social almejado pelos trabalhadores. Seu recorte histórico é o surgimento do Estado Absolutista a partir da fragmentação do sistema feudal devido às revoltas camponesas e desenvolvimento do capitalismo mercantil no século XV.

A concepção de Estado Absolutista é baseada no surgimento da moeda, aparelhamento das forças armadas, desenvolvimento das cidades, estruturação jurídica e de cobrança de impostos que criaram condições para o surgimento do corpo burocrático estatal, além da, transferência do poder dos senhores feudais para os monarcas.

Trata-se então de um regime político constitucional (no sentido de que seu funcionamento está sujeito a limites e regras preestabelecidas), não arbitrário (enquanto a vontade do monarca não é ilimitada) e sobretudo de tradições seculares e profanas. Com tais características, a colocação espacial e cultural, cronológica e institucional do Absolutismo adquire maior crédito e significado. (PIERANGELO SCHIERA, 1998, pág.02)

sentindo para uma parcela da população que viam a contradição entre o discurso do clero e a vida que levavam. A igreja passou por vários escândalos ligados à corrupção e imoralidade do clero (cargos vendidos e barganhados), venda do perdão, venda de indulgências, falsas relíquias sagradas, vendas de cargos eclesiásticos. A Igreja passou a desagradar praticamente todas as classes sociais. Martinho Lutero, um dos membros do alto clero se revolta com as atitudes da igreja e lidera a reforma protestante criando o Luteranismo.

⁷ Essas novas religiões diziam que a riqueza é uma benção. Por interesse pessoal do monarca inglês que teve seu divórcio não consentido pelo Papa nasceu a igreja Anglicana. Devido à perda de grande parte dos fiéis a Igreja Católica cria a Contra reforma durante a reunião do concílio de Trento (1545-1563) que emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou claramente as doutrinas católico-romanas. Foram proibidos livros e criado o Tribunal da Santa Inquisição que perseguia os não católicos. Criam também, a Companhia de Jesus e a levam para o novo mundo catequizando os indivíduos. No Brasil os índios foram induzidos a trocar a sua força de trabalho por educação religiosa.

Nesse contexto as elites burguesas passam a exigir maior participação política afim de garantir melhores condições mercadológicas com menos impostos e uma moeda forte que iriam resultar em prosperidade econômica e ascensão social da classe, além de, vender a ilusão de proteção e mobilidade social para os camponeses. Percebe-se que existe um pacto social entre sociedade e Estado.

Para Hobbes (1988) o firmamento do contrato social e o surgimento do estado absolutista é de extrema importância pois encerra a “guerra de todos contra todos” proporcionando, assim, segurança para a população que agora tinha um reino, uma estrutura física, um local protegido para defendê-los de ataques de outros tanto externos ao reino quanto internos ao reino como explicita Arendt (1998, p. 46) “o provimento da vida só pode realizar-se através de um Estado, que possui o monopólio do poder e impede a guerra de todos contra todos”, entretanto, ao assinar este contrato renunciam sua liberdade e concedem ao Estado poder sobre suas vidas. Weber (1946, p. 78), prevê que neste contrato cabe ao Estado “...o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”.

Em primeiro lugar, que um processo bastante rápido de desenvolvimento político tirasse dos gonzos a sociedade tradicional — a sociedade que sempre existiu e que recebe, por conseguinte, sua legitimidade do peso do passado — e instaurasse novas formas e novos processos de Governo: como exemplo, a passagem, na Grécia, da sociedade gentilícia à polis e, na Europa, a consolidação do Estado moderno sobre a sociedade feudal, baseada nas castas. Em segundo lugar, que houvesse uma cultura política secular, isto é, disposta a discutir racionalmente a origem e os fins do Governo, não o aceitando passivamente por ser um dado da tradição ou de origem divina. Em terceiro lugar, que a sociedade não só conhecesse o instituto privado do contrato, mas soubesse usá-lo de forma analógica: entre os gregos, por exemplo, a palavra *koinonía* indicava tanto uma associação econômica como política, enquanto, entre os romanos, a *sponsio* (promessa), usada na antiga compra-venda, servia também para legitimar a *lex*, que assim se tornava convenção de todos os indivíduos, sendo o povo a fonte da lei: *lex est communis rei publicae sponsio*. A finalidade é sempre a de dar uma legitimação racional às ordens do poder, mostrando que ele se fundamenta no consenso dos indivíduos. (MATTEUCCI, IN BOBBIO, 2008, p. 275-276).

Entendemos a renúncia à liberdade por medo como uma forma ou possibilidade de dominação do indivíduo pelo Estado. Durante a história da humanidade, em cada período analisado, nos deparamos com diversas formas de dominação baseadas em poder e submissão.

o Absolutismo apresenta-se nos em sua forma plena como a conclusão de uma longa evolução, a qual, através da indispensável mediação do cristianismo como doutrina e da Igreja romana como instituição política universal, conduz, desde as origens mágicas do poder, até a sua fundação em termos de racionalidade e eficiência. Este fato é perfeitamente testemunhado pela evolução sofrida pelo princípio de legitimação monárquica da antiga investidura, transmitida à monarquia de direito divino através da graça divina, e também o princípio monárquico constitucional do século XIX. Tal evolução vai de uma justificação perfeitamente religiosa, embora cada vez menos mágica, do poder, até o tipo heróico e classista, que podemos individualizar entre

1460-1470 e 1760-1770, caracterizada por uma feição ideológica e propagandística de tipo mitológico em relação à figura do príncipe, até alcançar uma postura eminentemente jurídica e racional em relação aos fins.” (PIERANGELO SCHIERA, 1998, pág.03)

Para Weber (1947) existem diversas formas de submissão das quais ele exemplifica as relações por interesse direto do que obedece, relações por afeto, respeito do súdito, relações hierárquicas legítimas fundadas em regras e normas dentre outras. Ele as caracteriza em dominação carismática, dominação tradicional e dominação legal.

A dominação carismática é definida pela devoção afetiva baseada na relação hierárquica de poder entre “líder” e “apóstolo”, é uma relação pessoal, e muitas vezes ligadas ao misticismo. Os grandes personagens são os profetas, heróis guerreiros e demagogos. Essa relação é volátil pois só existe enquanto o líder consegue manifestar seus “poderes sobrenaturais” apresentando também, problemas no processo de sucessão.

A dominação tradicional se baseia no patriarcalismo onde existe um senhor dotado de bondade e santidade que, em alguns casos, descende de uma família tradicional. As regras e normas não estão escritas permitindo uma elasticidade nas decisões do Senhor que em muitos casos favorece seus familiares e pessoas próximas. Tanto na dominação tradicional quanto na dominação carismática predominam o caráter nepotista de distribuição de cargos que foi amplamente utilizado no Absolutismo. Ainda hoje, existem vários casos desde trabalho no campo como em órgãos públicos de grandes capitais.

A dominação legal tem por base “que qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma” (WEBER 1947). Os cidadãos obedecem a uma regra instituída e não a uma pessoa como nos casos passados. A regra que também é seguida pelo líder indica a quem se deve seguir e obedecer e estabelece limites. Nesta modalidade de dominação tudo está estabelecido em normas e regras que devem ser seguidas por todos de forma extremamente objetiva livre de paixões.

Para Le Goff no século XVIII “ocorrem os dois acontecimentos fundamentais que criam a modernidade: o nascimento da indústria na Inglaterra e a Revolução Francesa”. Nós entendemos que essas duas revoluções foram consequência dos ideais iluministas (1715-1789). O Século das Luzes, como também é conhecido o movimento Iluminista tem como uma de suas características a razão, a liberdade individual, a liberdade religiosa e o método científico.

Como visto anteriormente, na Idade Média, o Indivíduo não tinha espaço. Já na Idade Moderna há o empoderamento do Indivíduo por meio da racionalização, a ciência passa a ser mais importante que a religião, conseqüentemente ocorre a ruptura com as antigas regras e

normas que regiam as Instituições Sociais na Idade Média e a emergência de novas formas de viver o Eu.

A era moderna do Estado⁸ é marcada pelo surgimento da burocracia e do burocrata. Um dos pressupostos e causa da burocracia⁹ foi o desenvolvimento da economia monetária possibilitando compensação pecuniária por serviço, a superioridade técnica de produção, a interpretação racional da lei em detrimento as tradições sagradas.

Para administrar o poder do Estado foi criado um corpo burocrático como bem explicita Weber (1947) quando escreve sobre as características da burocracia moderna. Para o autor esse sistema é utilizado há bastante tempo, inclusive por povos antigos, entretanto, naquela época não haviam delimitações concretas de atividades e tão pouco existia o Estado de direito regido por leis, normas administrativas ou limites jurisdicionais oficiais.

No sistema burocrático as atividades regulares são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais, a autoridade é distribuída de forma estável sendo rigorosamente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de vigilância e coerção e possui medidas metódicas para realização contínua dos deveres burocráticos e execução dos direitos correspondentes que são realizados por funcionários.

Para Weber a ocupação de um cargo é uma profissão. Essa profissão é determinada por meio de estudos rígidos em determinada área do saber que irá capacitar o indivíduo para exercer um cargo e oferecer serviço de qualidade. Ele cita que as empresas modernas procuram mão de obra especializada e promovem seleção para a contratação desse profissional que já não é mais um servo pessoal do governante, diferentemente de tempos antigos onde o profissional era escolhido por seu carisma ou relação próxima com o patrão devendo extrema obediência a ele.

Os princípios da hierarquia burocrática se baseiam na organização monocrática jurisdicionalmente instituída de cargos superiores que supervisionam os cargos inferiores em sistema de mando e subordinação. Essa regulação possibilita aos ocupantes de cargos

⁸ Marcas da Revolução Industrial (1760-1840) é o êxodo rural e urbanização. Na economia o Estado deixa de intervir na economia e promove o liberalismo econômico. O trabalho individual, artesanato, muda para o trabalho coletivo, da maquina fatura. O patrão em busca de riqueza e produção intensa explora a força do trabalhador ao máximo. Os burgueses se fortalecem e os proletariados cada vez mais fracos são obrigados a trabalhar para essas burguesias em condições precárias de trabalho, de forma abusiva e em muitos casos desumanas com altas e pesadas cargas horárias o que leva ao surgimento dos sindicatos e é um dos motivos da Revolução francesa (1789–1799) que nasce por luta pela democracia com o lema de Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

⁹ Sistema de execução da atividade pública, esp. da administração, por funcionários com cargos bem definidos, e que se pautam por um regulamento fixo, determinada rotina e hierarquia com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas.

inferiores questionarem decisões tomadas por superiores. Essa estrutura assegura que o cargo continue existindo independentemente da pessoa que o ocupa não importa a esfera, pública ou privada.

A dominação legal é um dos marcos para a transição do Absolutismo para o Estado-Nação. Giddens (1981) aponta a soberania territorial, a cidadania, reconhecimento internacional, o nacionalismo e os aparatos jurídicos garantia a esse reconhecimento como as principais características do Estado-Moderno. Para o autor no absolutismo a soberania do Estado não estava bem definida assim como suas delimitações territoriais que gerava precarização do controle governamental, a condição de cidadania que consiste no pleno direito de participação na vida política de um Estado era reservada apenas a uma pequena parcela da população diferentemente dos dias atuais em que todos têm direito a voto e influência sobre decisões políticas. Essas duas características, delimitação territorial do Estado e condições de cidadania possibilitaram a aglomeração de pessoas com língua, símbolos, religiosidade, ideologias em comum criando o sentimento de nacionalismo e uma determinada identidade cultural nacional coletiva.

Outra questão de fundamental importância na transição do absolutismo para o Estado-Nação foi a laicização do Estado que segundo Hobbes (1988) o poder político era contratual e revogável e deveria ser separado do poder divino. Locke (2003) defende o liberalismo do indivíduo como possuidor do direito à liberdade e à propriedade iniciando o pensamento de que “não convém que as mesmas pessoas que detêm o poder de legislar tenham também em suas mãos o poder de executar as leis, pois elas poderiam se isentar da obediência às leis que fizeram, e adequar a lei à sua vontade” (LOCKE, 2003, p. 75) seguido por Montesquieu (1998) que apresentou a teoria da separação dos poderes redefinindo o poder do Estado de forma que este passasse a ser limitado e dividido em funções específicas que seriam executivo, legislativo e judiciário com influência mútua e o controle recíproco entre o poder legislativo e poder executivo criando uma nova ordem de “liberdade, igualdade e fraternidade”. “Ao Poder Executivo era atribuída a função de administrar o Estado e de executar as questões relativas à esfera pública; enquanto o Poder Judiciário deveria aplicar as leis em caso de conflito” (MONTESQUIEU, 1998).

Nessa evolução histórica percebemos que existe uma divisão de territórios físicos entre as nações que se organizaram melhor e de forma mais ágil a esse novo sistema de poder baseado na economia e na militarização. A partir daí se criam modelos de controles internos que são subdivididos para que se tenha mais efetividade na gerência dessas novas leis, normas e regras.

Foucault (1982) explicita bem a necessidade de repartição do poder quando diz:

não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (Foucault, 1982, p. 183).

A partir dessa explicação de Foucault (1982) entendemos que todos que estão sob a “proteção do Estado”, estão também, sob o seu poder e sistema hierárquico. Se levarmos em consideração o estudo de Lotta (2012) sobre a burocracia de nível de rua podemos entender melhor o porquê de tanto controle.

Os Estados de direito são os princípios fundamentais do Estado Moderno dando-lhes segurança jurídica e reconhecimento tanto nacional quanto internacional tendo sua constituição, como documento que lhe assegura poder. O Estado Social citado neste trabalho está ligado as funções e responsabilidades do Estado para com seu povo, ou seja, a implementação de políticas públicas para a população. Enquanto os direitos fundamentais representam liberdade pessoal, política e econômica dentro dos limites estabelecidos pelo Estado, os direitos sociais representam o contrário, participação do povo no poder político e distribuição da riqueza com a população. Com esse entendimento fica claro que o Estado social não se encaixa nos interesses da classe burguesa capitalista. Estado de Direito apresenta estrutura formal, material, social e política. “A forma do Estado oscila assim, entre a liberdade e a participação” (E. Forsthoff, 1973).

Para uma melhor compreensão é interessante entender a diferença entre Estado e Governo. Estado tem característica permanente, sistema estatal, conjunto de instituições, nos leva a pensar em um país demarcado por fronteiras, é a definição de um todo e está inserido em um complexo de outros Estados. Governo é um elemento representativo transitório que ocupa as funções estatais por um determinado período de tempo e tem como base a democracia como bem explicita Giddens (1981, v. I, p. 190) quando define que o Estado-nação “é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência”.

2.4. Estado Contemporâneo

Após a breve lembrança sobre a história de como foram constituídos os Estados e consequentemente as estruturas sociais, culturais e identidades dos povos no período considerado Modernidade podemos seguir, e o mais importante, entendermos como se dá a evolução da sociedade nos dias atuais. Enfatizamos que não é o objetivo deste trabalho abarcar toda a história da modernidade e sim, lembrar nossa história para que haja maior criticidade e participação por parte da população nas decisões do Estado. A atual era exige ao mesmo tempo que proporciona meios para a população se engajar. Entretanto, é necessário o conhecimento da história para que esse engajamento não seja manipulado pelas minorias dominantes e sim para dar voz aos subalternos.

Em decorrência das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, o mundo está passando por uma transformação política global. Com o advento das novas tecnologias, o ciberespaço assumiu um lugar de poder central na contemporaneidade, promovendo o esgotamento das instituições hierarquicamente rígidas dando lugar às redes de relacionamentos com estruturas fluidas, transversais e cooperativas. “Economias por todo mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável” (CASTELLS, 2000, p. 39).

Os estudos sobre a contemporaneidade tratam de temas globais e coletivos que refletem e se expressam na vida individual tendo como marco histórico inicial a ruptura com o período anterior, a modernidade, por meio do declínio da União Soviética e a queda do muro de Berlim, que promoveram intensas mudanças socioeconômicas em nível global rompendo com o modelo moderno vigente durante a guerra fria (MAFFESOLI, 2015) e “alterando a geopolítica¹⁰ global” (CASTELLS, 2000, p. 39).

Essa transformação geopolítica – de certa forma ainda recente para os teóricos – promove algumas divergências entre autores e escolas sobre o atual período histórico que vivemos e suas definições, porém é consenso que passamos por uma densa transformação social, econômica, cultural e simbólica possível e potencializada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Para embasar teoricamente esta pesquisa serão apresentados os conceitos de pós-moderno, supermoderno e hipermoderno e suas relações com o ciberespaço e com os movimentos sociais contemporâneos.

As novas concepções criam dúvidas e fomentam reflexão sobre os problemas e as preocupações da condição histórica que vivemos por meio do paradoxo globalização e

¹⁰ Geopolítica é um estudo dos Estados em sua relação no contexto mundial (BOFIM, 2005).

fragmentação. Por um lado, a globalização hegemônica as manifestações culturais e impõe o modelo econômico neoliberal baseado no consumismo em larga escala que gera produção em larga escala e descarte em larga escala. Por outro lado, a fragmentação desse processo por meio dos impactos no sistema político Estado-Nação “devido às diferenças regionais, locais e institucionais que emergem não apenas entre grupos geopolíticos, mas também de dentro deles” (MARTINS, 2013, p. 32). Para Martins (2013), essas duas forças contraditórias criam conflitos em espaços sociais que são intensificados, na pós-modernidade, pela participação das massas nas redes sociais localizadas no ciberespaço.

Entendemos que a partir da década de 1970, na Alemanha, se pôde observar consequências da gradual integração do Estado político com a sociedade civil. O capitalismo industrial, o comercial e o bancário uniram-se na forma de capital financeiro dando origem ao capitalismo organizado. Um grupo organizado com força política e econômica capaz de influir na política interna do Estado.

As décadas de 1970 e 1980 encerram grandes transformações em diversas dimensões da vida social. Podemos observar a desestruturação do padrão de acumulação implementado com maior força no pós-guerra, com transformações nas estruturas produtivas, nas relações de produção, nos padrões de consumo, nas formas de sociabilidade e nas diversas espacialidades da economia mundial. Paralelamente e de forma articulada, os Estados do Bem-Estar foram paulatinamente desmontados. Atores sociais e políticos de importância fundamental para a compreensão da cena política e econômica dos países centrais até os anos 1970, como os sindicatos e os grandes bancos americanos, perderam força, enquanto outros setores como a indústria das finanças ganharam importância. Os próprios Estados nacionais tiveram seu poder significativamente alterado, redesenhando o mapa do poder no mundo. Ao mesmo tempo, os anos 1970 e 1980 representam um marco nas ciências sociais. Com o esgotamento explicativo dos modelos macro-teóricos, representados principalmente pelo funcionalismo e pelo marxismo, frente a um mundo em transformação, assistimos a uma grande efervescência teórica e à consolidação da busca de novos caminhos para a teoria social. A característica mais geral desta busca de caminhos é a convergência (MARQUES, 1996, p. 1).

Na atualidade, de acordo com o economista Ladislau Dowbor (2017), vivemos a era do capitalismo improdutivo, que consiste em um processo de financeirização do planeta. Para o autor, os bancos e as instituições financeiras passaram a dominar o sistema produtivo extraindo dele, por meio de juros e tarifas, volumes de recursos incomparavelmente maiores de contribuição que a produção, gerando uma sociedade de “rentistas improdutivos”. Em seu livro *A era do capitalismo improdutivo*, Dowbor (2017, p. 17) critica o sistema financeiro atual:

Queremos delinear como se articulam três dinâmicas que desequilibram de maneira estrutural o desenvolvimento e a qualidade de vida no mundo. Em termos simples, estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria, enquanto os recursos necessários ao desenvolvimento sustentável e equilibrado são esterilizados pelo sistema financeiro mundial.

Devemos buscar em nossa trajetória profissional, seja como educadores, artistas, pesquisadores unir a política à poética, procurando densidade e potência nos nossos trabalhos. As questões humanísticas têm sido deixadas de lado e os atuais modos de viver da sociedade refletem isso. É necessário incentivar o resgate da memória e a aproximação da academia com a sociedade para que haja autoconhecimento e produção de conhecimento coletivo engendrados por uma vontade de criar novas perspectivas e construir novas realidades.

Vivemos mais um momento em que a situação do mundo nos revela que o modelo de civilização hegemônico, baseado no crescimento econômico, está esgotado. Após duzentos anos, os resultados deste modelo revelam limites físicos e éticos. Físicos, pela degradação ambiental que ameaça a vida em função da desarticulação da cadeia ecológica; éticos, pela ameaça da desigualdade social se transformar em apartação e em dessemelhança. Tanto o capitalismo de mercado quanto o capitalismo de estado se esgotaram (PENA VEGA, 2015, p. 16).

A sociedade atual está doente porque o sistema que controla e rege nossas vidas é doentio e maquiavélico. A doença crônica do capitalismo financeiro é a doença psicológica, que é transmitida por meio de faixas de frequências invisíveis, sendo muitas vezes o hospedeiro seu dispositivo móvel.

O filósofo oriental sul coreano Byung-Chul Han, radicado na Alemanha, autor, dentre outras, das obras *Sociedade do cansaço* (2014) e *Sociedade da transparência* (2014), afirma, ao estudar a historicidade da sociedade, que em cada época a humanidade desenvolveu uma doença social característica, como, por exemplo, no século passado, as patologias eram bacteriológicas ou virais, enquanto a patologia da sociedade contemporânea é neuronal, psíquica. Para o autor, o sistema neoliberal implantou uma nova fase do capitalismo, o capitalismo da emoção, marcando a transição da biopolítica para a psicopolítica, da sociedade disciplinar para uma sociedade do controle pelo rendimento, em que o homem é obrigado a render, sendo ele mesmo o fiscal do seu desempenho e o acusador do seu fracasso.

Vivemos hoje em uma sociedade formada por pessoas multitarefas que carregam em suas mentes a constante cobrança do sistema neoliberal para produzirem e serem os melhores em tudo o que fazem. Devem ser os melhores em todas as áreas da vida, sem possibilidade de fracasso. Pode parecer controverso, entretanto aí está a estratégia, esse mesmo sistema se apoia no excesso de positividade, de incentivo e recompensa que rompe com o antigo sistema de punição proposto por Foucault. Como exemplo, para clarificar o que estamos falando, podemos analisar as imagens postadas e compartilhadas nas redes sociais, como o Instagram ou o Facebook. Fotos de, supostamente, pessoas bem-sucedidas, de uma vida espetacular, saudável, só possível por meio de muito esforço e sacrifício que os levaram a grandes recompensas proporcionadas pelo sistema capitalista e só possível nesse sistema: o sucesso

financeiro. É muito claro o objetivo dessas imagens, motivar, incentivar e seduzir. Elas conversam conosco e nos dizem que ela, esta imagem, é a imagem do sucesso, da felicidade, da autorrealização, e tudo que não é ela, ou que não contém nela, é fracasso. O poder dessa imagem sobre nós é intenso, por que ela conversa com desejos humanos que não queremos mostrar ou admitir, como a inveja, a ganância e a cobiça, ou seja, são imagens maléficas, que nos corrompem ao mesmo tempo que motivam, nos dizendo que podemos fazer o que quisermos, sermos empreendedores, sermos nosso próprio patrão, levar o trabalho para casa, sermos bem-sucedidos financeiramente para comprar e consumir. Assim, podemos ser mais feliz por adquirir produtos e bens de consumo e produzir mais imagens que serão compartilhadas mundialmente criando um sistema que se retroalimenta, satisfazendo os desejos de poder das imagens e do sistema. As imagens querem o corpo de quem as vê, do observador, e quem as olha quer o que elas mostram ou são seduzidos pelo mistério que elas escondem.

Também conhecida como sociedade do trabalho e sociedade do desempenho, o corpo social contemporâneo aprisiona as pessoas prometendo uma falsa ilusão de liberdade na qual o próprio senhor se transformou em escravo do trabalho e sem tempo para o lazer. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. O indivíduo se explora e acredita ser isso uma forma de realização pessoal. Essa autocobrança exploratória gera uma autocrítica e leva o indivíduo a desenvolver doenças psicológicas que, em conjunto com outros fatores da vida pós-moderna, o induzem à hiperatividade, ao desgaste laboral, a perturbações na atenção, à síndrome de *burnout*, além de provocar depressão e outras doenças psicológicas. Dados publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) apontam que 322 milhões de pessoas pelo mundo sofrem de depressão, 18% a mais do que há dez anos. O número representa 4,4% da população do planeta. O Brasil aparece com 5,8% da população, sendo seguido pelos EUA, com 5,9% da população.

Outro ponto importante apontado por Han (2014) é a respeito da vigilância na sociedade atual, que, diferentemente da analisada por Foucault nos anos 1970, é feita pelos próprios indivíduos sociais. Seria uma espécie de panóptico digital em que as pessoas se desnudam, ou seja, colocam informações pessoais valiosas nas redes sociais, sendo a maioria dessas informações imagéticas. As imagens aumentaram seu poder de criar e sustentar regimes de verdade e de poder. O *prosumer*, na ilusão de estar sendo autêntico dentro de um determinado círculo social, cria suas imagens fictícias carregadas de potência e narrativa neoliberalista, fomentando e validando o sistema imagético hegemônico. Tudo isso é armazenado em *big data*s, que por meio de inteligência artificial geram dados estatísticos

muito precisos processando enormes quantidades de informações personalizadas a respeito de determinados grupos humanos com interesses em comum que elucidam muitas características a respeito desses segmentos grupos.

Por meio dessa breve análise entendemos que a burguesia capitalista durante o decorrer da história defendia o estado mínimo que significa baixa intervenção do Estado nos sistemas sociais pautada nos ideais liberais. Entretanto, na contemporaneidade, a burguesia capitalista se apropriou das funções do Estado para benefício próprio.

O Estado contemporâneo é extremamente complexo e dinâmico. O atual período que vivemos passa por transformações que ao mesmo tempo que são rápidas são constantes. A intenção deste texto exploratório foi de levantar fatos que são importantes para compartilharmos com a população, principalmente, neste atual momento em que o neoliberalismo avança em escala global. Em nenhum momento buscamos exaurir o extenso assunto, apenas, iniciar e instigar o leitor a continuar a pesquisa sobre nossa era e contribuir para a sedimentação da memória humana, humanística, que nos parece esquecida ou adormecida na atualidade.

3. Conclusões

Concluimos que é de extrema importância aliar o conhecimento teórico com o saber tradicional, ou, popular por meio de vivência para se ter uma criação textual densa. Por meio da cultura, educação materializadas na escrita é possível criar novas realidades transformadoras e contribuir para que todos tenham acesso à justiça, igualdade e inclusão social tornando a academia também, um meio emancipatório do ser humano colaborando para que comunidades sejam vistas com mais respeito e compartilhem do sentimento de cidadania.

É necessário entender o local de fala e nossas responsabilidades políticas como artistas e estudantes de uma instituição pública. Por meio da desconstrução histórica entendemos nosso passado e construímos nosso futuro, com poética e política. Entendemos que a academia também tem um peso de responsabilidade pelo distanciamento que tem em relação à sociedade. Levantamos também questões para futuras pesquisas como quais são as responsabilidades da academia nas questões sociais e democratização do ensino e conhecimento? Para onde e para quem está sendo produzido conhecimento no âmbito acadêmico e artístico? Estamos democratizando ou elitizando esse conhecimento?

Entendemos as transmutações sociais que passamos e que aceleraram nas últimas décadas devido aos avanços tecnológicos e a influência econômica do capitalismo neoliberal que tem a intenção de homogeneizar o corpo social, para assim, obter maior controle sobre as

massas. Entendemos que o psicocapitalismo trabalha astutamente utilizando todas as possibilidades tecnológicas e científicas disponíveis

Ao rememorar a história hegemônica da humanidade nos deparamos com situações que parecem se repetir século após século em um constante e “eterno retorno”. Se faz necessária a também, constante rememoração dos fatos históricos com o objetivo de sedimentar o conhecimento e avançarmos não apenas tecnologicamente ou temporalmente, mas como seres humanos, como sociedade e como humanistas.

Por meio desse levantamento teórico concluímos que existe evolução humana, por mais lenta que seja, ela existe. E é necessária a participação social, a mobilização de grupos que reivindiquem e lute pelos direitos humanos, agora, mais que nunca. Entendemos que o neoliberalismo respaldado e sustentado pelo capitalismo financeiro é a nova ameaça para o humanismo e só poderá ser enfrentado e combatido pelo entendimento de como funciona o Estado desde sua origem até os dias atuais.

Sugerimos o estudo transdisciplinar para as futuras pesquisas e discussões no âmbito acadêmico para que seja possível desenvolver estudos metodológicos sobre o tema e promover uma real democratização de conhecimento e uma provável diminuição na manipulação da população sobre temáticas já ultrapassadas pelas cátedras universitárias.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BONFIM, Uraci Castro. *CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO ENSINO A DISTÂNCIA CPEAEx / EAD*. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. GEOPOLÍTICA. p. 101. 2005.

CASTELLS, M. *La era de la información. La sociedad red* (vol. I). Madrid: Alianza, 1999.

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. v. 1.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DOWBOR, Ladislau: *A Era do Capital Improdutivo – Outras Palavras & Autonomia Literária*, São Paulo – 2017, 316 p.

_____. *Além do Capitalismo: uma nova arquitetura social* – novembro 2018 – 86p.

D. Zink, Katherine & Lieberman, Daniel. (2016). *Impact of meat and Lower Paleolithic food processing techniques on chewing in humans.* Nature. 531. 10.1038/nature16990.

DURKHEIM, Émili. *Da divisão do trabalho social.* [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELLS, Friederich. *A origem do Família, da Propriedade Privada e do Estado.* Tradução de Leandro Konder. 1884. Zurique.

FARIAS, Cristiano Chaves. *Direito Constitucional à Família.* Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n. 23, abril-Maio 2004, p.05.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.* São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, Michel. (1982) *Subject and Power.* In: DREYFUSS, H. & RABINOW P. *Beyond structuralism and hermeneutics.* Brighton, The Harvester Press.

GIDDENS, Anthony, 1938- *Modernidade e identidade / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien.* — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

GOBBI, Danniell. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade.* Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22245> >. 2016.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência.* Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

_____. *Sociedade do cansaço.* Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.* Coleção Os Pensadores. (1º volume). 4ª Edição, Nova Cultural, 1988.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média.* Conversas com Jean-Maurice de Montremy. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 222p.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução Ricardo Corrêa Barosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 123 p.

_____. *Discours, figure*. Paris: Klincksieck, 1970.

LOCKE, John. *Alguns Pensamentos Acerca da Educação*. Tradução de Gomercindo Ghiggi e Avelino da Rosa Oliveira. Cadernos de educação Universidade Federal de Pelotas. Anos de 8 a 14, números de 13 a 24. Pelotas: Fae/UFPel, 1999 a 2005.

LOTTA, Gabriela. *O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade*. In: FARIA, C. A (org). *Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAFFESOLI, Michel; STROHL, Hélène. *O conformismo dos intelectuais*. Tradução de Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2015. 182 p.

MARQUES, Eduardo Cesar. *Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

MARX, Carl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. São Paulo: Saraiva, 1998.

NASCIMENTO. BIB. São Paulo, n° 56, 2o semestre de 2003, pp. 33-53

PENA VEGA, Alfredo. *Wawekrurê: distintos olhares*./Rodolfo Ward, organização, fotografias. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. 156 p.: il., fotos. Edições do Senado Federal, v. 213.

PHILIPPE C. Schmitter/Gerhard Lehmbruch (Hrsg.), *Trends Toward Corporatist Intermediation*, London 1979. In: Kailitz S. (eds) Schlüsselwerke der Politikwissenschaft. VS Verlag für Sozialwissenschaften

WEBER, Max, 1864-1920. *Theory of social and economic organization*. New York, Oxford University Press, 1947.

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848&catid=8&Itemid=6

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,compare-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-os-temas-mais-buscados-no-google,70002545237>